

Mulheres empilhadas: narrativas da resistência

Mulheres empilhadas: resistance narratives

Geovana Quinalha de Oliveira

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS – Campo Grande – Mato Grosso do Sul – Brasil

Alexandra Santos Pinheiro

Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD – Dourados – Mato Grosso do Sul – Brasil

Resumo: O objetivo deste artigo é desenvolver uma leitura reflexiva do romance *Mulheres empilhadas* (2019), de Patrícia Melo, a partir da crítica feminista. O tema central da narrativa é a violência contra as mulheres em suas diversas faces, particularmente a violência doméstica e o feminicídio. A cada capítulo, o livro desempilha corpos de mulheres revelando histórias marcadas por estruturas simbólicas, socioculturais e políticas de hierarquias sexistas que sustentam e naturalizam práticas de violências contra as mulheres. A hipótese sustentada é a de que *Mulheres empilhadas* é um projeto ético e estético que põe em evidência as lutas e os enfrentamentos que ainda precisam ser travados contra os discursos e as práticas patriarcais que insistem em invisibilizar, subalternizar e matar as mulheres. Como suporte teórico utilizamos Carole Pateman (1993), Judith Butler (2019), Rita Segato (2005) entre outros.

Palavras-chave: *Mulheres empilhadas*, violência doméstica, feminicídio, crítica feminista.

Abstract: The aim of this article is to develop a reflective reading of the novel *Mulheres empilhadas* (2019), by Patrícia Melo, based on feminist criticism. The central theme of the narrative is violence against women in its various faces, particularly domestic violence and femicide. In each chapter, the book unpacks women's bodies, revealing stories marked by symbolic, sociocultural and political structures of sexist hierarchies that support and naturalize practices of violence against women. The sustained hypothesis is that *Stacked Women* is an ethical and aesthetic project that highlights the struggles and confrontations that still need to be waged against the patriarchal discourses and practices that insist on making women invisible, subordinate and killing. As theoretical support we used Carole Pateman (1993), Judith Butler (2019), Rita Segato (2005) among others.

Keywords: *Mulheres empilhadas*, domestic violence, femicide, feminist critique.

Um tapa é a morte moral. A não ser que você seja uma pessoa má, a não ser que você se sinta merecedora e deseje uma bela bofetada na fuça como forma de ser redimir, não há a menor possibilidade de superar a humilhação de levar um tabefe (Patrícia Melo. *Escrevendo no escuro*, p. 166-232, 2011).

Os corpos não somente tendem a indicar um mundo que está além deles mesmos, mas esse movimento que supera seus próprios limites, um movimento fronteiro em si mesmo, parece ser imprescindível para estabelecer o que os corpos “são” (Judith Butler. *Corpos que importam*, p. 12-13, 2019).

1 Introdução

Ao lado da escritora Patrícia Melo, Judith Butler é a teórica escolhida para compor a segunda epígrafe do presente texto. A filósofa norte-americana chama a atenção para a dialética dos corpos, constituído entre o intrínseco e “um mundo que está além deles” (2019, p.12). De Patrícia Melo, emprestamos o fragmento da obra *Escrevendo no escuro*, um livro de contos publicado em 2011. Ele antecipa o ponto de partida do romance *Mulheres empilhadas* (2019), tomado como *corpus* de análise deste texto. A partir dessas duas epígrafes, queremos pensar a ficção literária como o lugar de materialização da fronteira dos corpos indicados por Butler (2019), constituindo-se, também, como espaço de visibilidade da “bela bofetada”, metáfora das múltiplas violências que ainda assolam o corpo feminino, da qual nos fala Melo.

A literatura, ao longo da história da humanidade, sempre deu a nós o espaço para a expressão, para a partilha de narrativas que permitem, dentre outras funções, o sentimento de pertencimento e de identificação com uma determinada comunidade, bem como o de vivenciar a experiência do/da outro/a. Da oralidade à escrita, este espaço artístico também contribui para que o cotidiano, marcado, muitas vezes, pelo automatismo dos atos e pela efemeridade das notícias, seja evidenciado/problematizado por outras perspectivas discursivas. O/a leitor/a ou o/a ouvinte dos textos poéticos são, assim, convidados/as a deter o olhar para situações diluídas pelo excesso de

imagens trazidas pelas tecnologias de informação. Um excesso que, não raras vezes, banaliza a maneira como nos relacionamos socialmente.

Nós, autoras deste artigo, buscamos, em nossas pesquisas, este instante de pausa/suspensão provocada pelo texto literário. Voltadas para a literatura de autoria feminina, desejamos identificar as imagens cotidianas transvestidas no processo criativo da escritora Patrícia Melo em seu livro *Mulheres empilhadas*. A narrativa desse romance põe em xeque a naturalização de hierarquias entre homens e mulheres expondo temáticas voltadas às múltiplas formas de violências contra os corpos femininos.

A história da humanidade, no contexto ocidental, comprova as mais diversas violências sofridas pelas mulheres desde o início da civilização. Obviamente, a dureza de tratamento não esteve atrelada apenas à questão de gênero. Os grupos economicamente menos favorecidos ou as etnias que não convergiam com o branco europeu sentiram (sentem) as mazelas de uma sociedade eurocêntrica, racista, elitista e meritocrata. Mas, em nosso debate, iremos nos deter nas violências cujas marcas perpassam os corpos das mulheres. Quando falamos nesse tipo de violência não podemos dissociá-la de outras formas de crime como o racismo e a homofobia, portanto, mulheres, negras, indígenas, brancas, imigrantes, lésbicas, bissexuais, transexuais, independente da classe social, são atingidas pela ideologia do patriarcado que estrutura formas de poder desiguais entre homens e mulheres. E, neste quesito, *Mulheres empilhadas* oferece uma representatividade exemplar porque abarca uma grande diversidade de corpos.

Sabemos que existe uma complexa rede de categorias que nos constitui como mulheres e, por isso mesmo, é necessário delimitar o debate. Nosso foco é pensar no feminicídio e nas violências domésticas contra o gênero feminino advindos do sistema heteronormativo que gera a misoginia, o desprezo, a violência em suas múltiplas formas e o feminicídio. No Brasil, essas violências vêm de longa data e é parte da cultura patriarcal herdada pelas instituições

colonizadoras¹. Vale lembrar, em consonância com Foucault (2016), que os discursos se formam a partir de organizações e coerências internas que fundamentam “verdades” constituídas historicamente, como é o caso dos discursos que justificam as opressões e as violências em relação aos corpos das mulheres.

Apesar de alguns avanços conquistados, a exemplo da Lei Maria da Penha, em vigor há 15 anos no país, e da promulgação da Lei n. 13.104, de 2015, que passa a considerar o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, ainda temos altos índices de violências de gênero no Brasil². Isso implica dizer que o fato de termos severas leis não é suficiente para que homens deixem de matar mulheres. Em outras palavras, não basta termos leis punitivas - apesar de ser indiscutivelmente necessário - é preciso alterar os discursos legitimadores e, por extensão, nossas práticas enquanto sociedade. É importante ressaltarmos, sempre, que quem se apodera do discurso se apodera também do poder. Neste sentido, os sujeitos/instituições que detêm o poder/saber são aqueles que constroem, alimentam e legitimam práticas sociais com objetivos claros de dominação, ainda que para isso seja necessário o uso da força, da violência e do assassinato físico e simbólico.

Um das estratégias de enfrentamento de discursos/práticas opressivas e violentas em relação às mulheres no campo das ciências humanas advém da literatura, dessa arte que é iminente questionadora e resiliente, como é o caso do livro *Mulheres empilhadas*. Nos corpos empilhados por Patrícia Melo, testemunhamos as estatísticas dos

crimes contra mulheres brasileiras como parte da violência da sociedade patriarcal. Cada vida/sonho/família interrompida por um crime de feminicídio reacende as práticas de um contexto histórico que delega ao homem o direito à propriedade do corpo da mulher, o direito a ser cuidado, a ser respeitado e atendido em seus projetos. A narrativa literária se releva como uma aliada para não deixarmos esses corpos caírem no esquecimento e, conseqüentemente, uma tentativa de que os crimes não se repitam.

É preciso lembrar, em diálogo com Judith Butler, que as relações que se estabelecem entre o algoz e a vítima ainda derivam de uma dinâmica cultural pautada, primeiramente, com base no sexo e na visão “estática daquilo que alguém é” (2019, p. 21). A constituição corporal acaba se constituindo enquanto “uma das normas pelas quais o “alguém” simplesmente se torna viável, é aquilo que qualifica um corpo para a vida no interior do domínio da inteligibilidade cultural” (BUTLER, 2019 p. 17).

Mulheres empilhadas, de diferentes maneiras, contribui para entendermos este “interior do domínio da inteligibilidade cultural” destacado por Butler. Autora de narrativas premiadas e traduzidas para diferentes idiomas, Patrícia Melo demonstra como os assassinatos de mulheres entram na rotina social, misturam-se a tantos outros acontecimentos e vão ficando no passado, revisado, às vezes, quando outros acontecimentos parecidos se juntam a ele. E, assim, a escritora, ao escavar o tempo, vai somando uma série de histórias de feminicídios ocorridos no Brasil.

Para escrever o romance, Melo contratou os serviços de Emily Sasson Cohen, cuja equipe realizou entrevistas e viajou para o Acre e para a floresta amazônica, atuando, segundo a autora, como seus “olhos e ouvidos”, conforme podemos ler nos agradecimentos expostos ao final do livro (2019, p. 237). Além disto, conforme entrevistas concedidas por Patrícia Melo, o livro é uma encomenda das editoras-chefes da Leya sobre um tema relacionado à mulher. A escolha pelo feminicídio, de acordo com a autora, se deu em razão dos altos índices no Brasil e, por extensão, da recorrência desses crimes ao longo da

¹ O Brasil é o 5º país no mundo – em um grupo de 83 – em que se matam mais mulheres, de acordo com o Mapa da Violência de 2015, organizado pela Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso). Disponível em https://flacso.org.br/files/2015/11/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf

² Sobre os índices de mortes de mulheres no Brasil ver as publicações dos “Atlas da violência”, gerenciados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) com a colaboração do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP). No site <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/publicacoes> encontram-se Os Atlas da Violência são publicados anualmente desde 2016. Os dados disponíveis estão organizados por temas e séries de variáveis. Há recortes por variáveis relevantes, como sexo, raça/cor e faixa etária.

nossa história. *Mulheres empilhadas* aponta, infelizmente, para uma série de elementos invariáveis e constantes em nossa estrutura social, isto porque, como diz a escritora em entrevista ao Jornal Estado de Minas, tem-se a sensação de que se “está lendo o mesmo caso”:

Parece que a gente está lendo o mesmo caso o tempo todo. Começa em casa e sempre está ligado a alguém em quem você confia ou confiou em determinado momento. A relação começa a ficar violenta, inicialmente verbalmente e, depois, fisicamente, até que, de repente, a mulher é morta. E é uma história atrás da outra, um volume tão grande de vítimas. Por isso veio a imagem da pilha de cadáveres na minha cabeça. A matança é grande, parece uma epidemia. Disponível em https://www.em.com.br/app/noticia/cultura/2019/11/06/interna_cultura,1098640/patricia-melo-lanca-em-bh-mulheres-empilhadas-sobre-feminicidio.shtml (Grifo nosso).

A narradora não nomeada do romance é advogada, financeiramente estável e vivencia as dores dos feminicídios cometidos contra as mulheres de seu *locus* social: sua própria mãe, Carla e Rita, esta última, jornalista ativista, é morta para ser silenciada em suas denúncias. Mas a essas personagens de papel se juntam histórias reais, utilizadas como epígrafes de abertura de cada capítulo do livro: “Elaine Figueiredo Lacerda, sessenta anos, foi abatida a tiros na porta de sua casa, num final de tarde de domingo” (2019, p. 06). A história de Elaine pode ser consultada facilmente nos sites de notícia³. O marido, condenado por júri popular a 20 anos de prisão, não aceitava o fim do casamento. Por trás dos corpos empilhados, a obra empreende a problematização dos casos e nos obriga a enxergar uma prática estruturante de violência e feminicídio em nossa sociedade. Assim, no cruzamento entre o factual e o ficcional, o/a leitor/a se coloca diante de reflexões urgentes e necessárias que visam mudanças culturais, políticas e sociais nas

(des)construções hierárquicas e sexistas entre homens e mulheres.

Como resultado, a obra escancara um sistema de opressão em que os rotineiros casos de feminicídios são recebidos de maneira automatizada. *Mulheres empilhadas* nos faz parar diante dos corpos das vítimas, enxergando neles os sonhos, as alegrias e, enfim, a vida interrompida. Materiais de arquivos, processos judiciais, reportagens, relatos e testemunhos são tomados como base para o emaranhado entre ficção e realidade a partir do qual a narrativa é tecida. As fontes documentais utilizadas no romance indicam o modo como a ficção na contemporaneidade pode ser apreendida a partir de sua constituição estética e política. Klein (2019) denomina esse processo de construção literária como “poéticas do arquivo”, caracterizando o modo como a literatura pode integrar e explorar fatos reais em meio à construção de uma narrativa ficcional. As narrativas de *Mulheres empilhadas* são tecidas a partir do hibridismo de gênero e do diálogo constante com a realidade. Um jogo duplo entre o revelar e o camuflar / o ficcional e o histórico

Para concluir esse projeto intelectual, Melo lança mão de uma estrutura narrativa que engloba três planos: 1) a narrativa central de uma jovem advogada, esbofetada pelo namorado, que sai de São Paulo em busca de investigações de feminicídios ocorridos no Estado do Acre, sobretudo de uma menina indígena violentada e assassinada dias antes da protagonista chegar à cidade de Cruzeiro do Sul; 2) as narrativas oníricas protagonizadas pela advogada após o contato com a medicina da ayuasca em tribos indígenas Ch’aska. Nestes trechos do romance, os assassinos são despedaçados em rituais antropofágicos, 3) as descrições reais de notícias e trechos de processos com os nomes de mulheres assassinadas e o modo como foram mortas.

O fio norteador desses três planos são os corpos assassinados, violados, prostituídos e silenciados, todos eles (re)construídos por intermédio de uma linguagem dura, chocante e poética, resultando em uma narrativa bem estruturada que não se

³ Reportagem disponível no portal G1: <https://g1.globo.com/mg/grande-minas/noticia/2020/02/12/homem-e-condenado-a-20-anos-de-prisao-por-matar-ex-mulher-com-varios-tiros-em-montes-claros.ghtml>. Acesso em 09 de outubro de 2021.

furta em expor a brutalidade da opressão e da matança de mulheres, como veremos a seguir.

2 A prática cultural/atual do patriarcado: dominação, violência e feminicídio

No trajeto de sua investigação, Patrícia Melo deixa claro que suas personagens não são personagens fictícias, e as lacunas deixadas pelos silêncios de suas histórias são preenchidas pela sensibilidade de uma narrativa literária que dá a conhecer sentimentos, vozes e sonhos interrompidos. Fernanda Siqueira foi assassinada a golpes de facada pelo ex-companheiro, Elaine Figueiredo Lacerda foi morta a tiros pelo marido, Rayane Barros Castro teve a vida ceifada por disparos feitos pelo ex-namorado, esses e muitos outros casos de feminicídios ocorridos no Brasil foram narrados em *Mulheres empilhadas*. Temos, portanto, uma escrita que excede o puramente ficcional e atua como uma escritura-corpo situada, desde de dentro, para pensar a violência como um problema social sempre presente na história das mulheres, mas tratado de forma residual pela política de Estado, sobretudo na América Latina.

E é assim, nessa tessitura, que o caso da indígena violentada e assassinada por três homens brancos e de classe média se cruza com outras narrativas de violência contra as mulheres ao longo do livro. Um tecer, infelizmente, ininterrupto, porque os corpos violados, assassinados, reprimidos aumentam cotidianamente esta estatística. Patrícia Melo assume uma literatura deliberadamente política e ética, como ela mesma faz questão de enfatizar:

É algo que temos que falar. No Brasil, matam-se 11 mulheres por dia. São números que assombram, que nos incomodam, nos intimidam. É uma estatística inaceitável. Dentro desta sociedade violenta em que vivemos, o feminicídio é a ponta do iceberg. Mas, quanto mais a gente debater isso com profundidade, mais vamos tentar encontrar um mecanismo para erradicá-lo. (entrevista concedida ao Jornal de Minas, disponível em

https://www.em.com.br/app/noticia/cultura/2019/11/06/interna_cultura,1098640/Patricia-melo-lanca-em-bh-mulheres-empilhadas-sobre-femicidio.shtml)⁴.

Certamente, quando um livro se configura como uma busca por descobrir diversas e diferentes realidades por meio do encontro com o outro, no lugar de uma narrativa sobre o outro, é onde encontramos maiores chances de construção e fortalecimento das subjetividades, como é o caso das demandas específicas das mulheres. Apesar dos expressivos avanços na legislação brasileira, impulsionados por movimentos, ativismos e estudos feministas a partir de meados do século passado, nossa sociedade ainda é estruturada em um sistema de poder e dominação instituído pela ideologia do patriarcado que naturalizou e introjetou na sociedade a ideia de superioridade do homem branco e hétero em relação aos demais sujeitos sociais dando a eles poderes sobre nossas vidas.

Essa naturalização de hierarquia entre homens e mulheres foi e ainda é amplamente difundida na sociedade por intermédio de diversos “dispositivos de poder” (Foucault, 1976) e de “tecnologias de gênero” (Teresa de Lauretis, 1994), como escola, Estado, entidades religiosas, família, linguagem, mídia, redes sociais e internet como um todo. Seja na prática da vida social ou por meio das tecnologias, esses dispositivos atuam na produção e na manutenção das imagens forjadas de “homens” e “mulheres”, ou seja, daquilo que o patriarcado define como sendo supostamente masculino e do feminino. O intuito é controlar pessoas, normatizar corpos e definir papéis e lugares sociais de homens e mulheres a partir de jogos de poder e contratos sociais. A regulação da materialidade de nossos corpos foi, e ainda é, construída forçadamente.

Butler considera que as normas regulatórias do “sexo” atuam de forma performativa na produção dos corpos e, por extensão, na materialização do sexo no corpo, ou seja, as normas regulatórias do “sexo” trabalham de maneira reiterativa para materializar a diferença sexual na fortificação do imperativo heterossexual (2015, p. 21). Dessa maneira, podemos

⁴ O mapa da violência publicado em 2019 mostra que esse número aumentou para 13 na última década.

dizer que materializar o sexo do corpo e suas diferenças por intermédio da heterossexualidade compulsória é uma forma de produzir comportamentos regulados por ideais normativos cujas formas são perpetuadas em regimes de regulação ou, como quer Carole Pateman (1993), em contratos sexuais.

É a partir de certos pactos e contratos, com base nas normas regulatórias do “sexo”, que alguns corpos são considerados inteligíveis ou ininteligíveis. Por essa perspectiva, todos os corpos que se opõem ao conjunto sexo (masculino) e sexualidade (heteronormativa) estão destinados à dominação, ao cerceamento e à sujeição com base em pretensas verdades e ideais normativos operados para sustentar uma visão social binária e hierárquica.

Em relação aos corpos femininos, especificamente, a vigência do contrato sexual-social do qual nos fala Pateman (1993), alimenta e sustenta a cultura da opressão, da violência, do estupro e do feminicídio, como se vê nas diversas cenas narrativas do romance de Patrícia Melo.

De acordo com Carole Pateman (1993), esses contratos são organizados e fortificados a partir de um pacto fraternal entre os homens. É justamente esse pacto articulado que assegura a manutenção e a atualização do patriarcado a partir do que a autora chama de “contrato sexual”. Pactuado socialmente, o contrato sexual atua no sentido de assegurar o direito político dos sujeitos a partir do *direito patriarcal* ou instância sexual. Assim, o poder que os homens exercem sobre as mulheres está validado em um contrato original que desfruta de um pacto sexual-social (1993, p. 11, 12) que nos vigia e nos oprime. A força masculina se impõe de tal forma que, segundo Bourdieu (1998, p. 15), não há necessidade de justificação porque é articulada como uma imensa máquina simbólica de ordem sistematicamente social.

Ao pensarmos nas condições de subalternidade e de violência destinadas às mulheres a partir da construção das normas regulatórias do “sexo”, da produção dos corpos e da celebração dos contratos sociais, é possível entendemos as razões e os meios pelos quais esses discursos ainda são legitimados na contemporaneidade. Notoriamente,

ainda vivemos em uma sociedade cujos crimes contra as mulheres advêm da insistente cultura do patriarcado. Os corpos empilhados na narrativa de Patrícia Melo chamam a atenção para práticas que ainda vigoram nas relações entre os gêneros, limitando os sujeitos ininteligíveis a espaços de opressão, dominação e morte.

Precisamos reiterar, sempre, que é a manutenção da ideologia do patriarcado, via pactos sociais, que opera na violência contra a mulher e gera assimetrias que produzem discursos de desprezo ao corpo feminino. Se uma criança vê um pai agredindo a mãe ou se esse tipo de cena é reproduzido no convívio social, o que está sendo ensinado é a naturalização da violência de gênero nas relações sociais e familiares, gerando impactos profundos no corpo social.

No caso em que as violências terminam com a morte da mulher, o Mapa da violência de 2015 mostra que o núcleo familiar é responsável por 1/3 dos feminicídios⁵. A maioria dos assassinos está dentro de casa, são os ex-companheiros, namorados, pretendentes, filhos. Como afirma a narradora do romance: (...) não existe lugar mais temerário para nós do que nossa própria casa.” (MELO, 2019, p. 55). Ao lado das diversas narrativas reais e ficcionais de feminicídios, Patrícia Melo nos coloca frente a frente com o brutal assassinato da mãe da narradora cometido pelo pai dentro da própria casa. A personagem-narradora descreve todo o desespero de ter a mãe assassinada e as implicações psicológicas decorridas desse caso: “colocaram uma etiqueta na minha testa: mãe assassinada, pai assassino (...) a morte de minha mãe era mais que minha identidade. Era um colete de bombas grudado ao meu corpo” (p. 43, 45). Apesar das especificidades que constituem cada feminicídio, falar da morte da mãe e de tantas outras personagens ao longo do livro é falar também das mortes de centenas de outras mulheres cujas histórias foram esquecidas.

No Brasil, a tipificação do feminicídio só foi sancionada em 2015, pela presidenta Dilma, a partir

⁵ Ver: WAISELFISZ, 2015. Disponível em http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/04/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf

da lei 13.104, que reconhece esse tipo de crime, ou seja, que mulheres morrem pelo fato de serem mulheres, e o coloca no rol de crimes hediondos. Até então, muitos homens tiveram a pena reduzida ou foram absolvidos nos tribunais com argumentos de “legítima defesa da honra” ou de “violenta emoção” cujo objetivo é transformar o réu em vítima de mulheres pecadoras, mentirosas, adúlteras, interesseiras, prostitutas, viciadas, mães desalmadas ou porque estavam sob o efeito de drogas ou álcool ou, ainda, em virtude do ciúme descontrolado.

Segundo Rita Segato (2005), o feminicídio é um crime que busca não apenas a eliminação do corpo feminino, mas de todos os signos que ele expressa, seus modos, experiências e enunciados. Os corpos femininos ou feminizados seguem sendo um território de inscrição e de afirmação de posse e de poder masculinos. Por isso é comum, nesses crimes, um requinte de crueldade capaz de intensificar a morte, a exemplo dos assassinatos reais e ficcionais descritos por Patrícia Melo.

3. O que pode a literatura em relação à violência contra a mulher?

A partir da ideia crítica de que a literatura é um lugar de representatividade e representação, onde os sujeitos se reconhecem e se posicionam diante do mundo, é possível dizer que o texto literário é também um lugar de disputa de poder. Isto porque se reconhecer ou reconhecer o outro em uma produção cultural compreende um processo de legitimação de identidades ou de corpo/bios, constituídos a partir de uma epistemologia geopolítica. Em termos de representação, nota-se nas produções do cânone literário brasileiro, até a década de setenta, a continuidade do contrato sexual-social e a produção dos corpos com base na heteronormatividade compulsória. No artigo “Marcas da violência contra a mulher na literatura” (2013), o professor Carlos Magno Gomes chama a atenção para o modo como escritores renomados pela crítica registram as violências físicas e simbólicas contra as personagens femininas. São violências “justificadas” que culpabilizam as vítimas. Segundo Gomes (2013), essas violências podem ser

exemplificadas a partir das sofisticadas vinganças empreendidas por Bentinho, narrador de *Dom Casmurro*, de Machado de Assis. Ele passa a perseguir Capitu após desconfiar de que foi traído. Em sua amargura, Bentinho decide exilar Capitu em uma clara declaração do poder sobre o corpo da esposa como propriedade privada. Na sociedade do século XIX, tal exílio faz parte da vergonha social por que a mulher tem que passar publicamente quando paira sobre ela a desonra do marido.

Um outro exemplo utilizado por Carlos Magno Gomes (2013) para pensar a literatura e a violência em relação às mulheres é o romance regional brasileiro. Em *Menino de engenho*, José Lins do Rego traz o feminicídio como uma das estratégias de manutenção da honra masculina, por isso não causa espanto quando acontece. Concordamos com o professor quando ele traz a representação desse crime como parte da cultura patriarcal e, conseqüentemente, como uma opção “aceitável” para um marido traído.

Na década de setenta, escritoras passam a integrar o cânone literário e trazem novas e diferentes visões sobre as mulheres. Alguns dos efeitos das escritas dessas autoras podem ser vistos no questionamento às violências físicas e simbólicas contra as mulheres e no enfrentamento à dominação masculina, fato que revela o quanto a representatividade é necessária para pensarmos valores intrínsecos aos corpos femininos frente aos discursos homogêneos do patriarcado. A partir de então a autoria feminina ganha maior visibilidade e muitas escritoras são resgatadas a partir da crítica literária feminista, que passa a contestar o cânone literário e a fazer um chamado à reflexão em relação ao modo como as mulheres foram representadas e se representam por meio das artes.

Vale ressaltar que, para nós, a representatividade, aqui entendida como o corpo feminino que se escreve e inscreve, é um ato de resistência a todo tipo de pacto que sujeita e violenta as pessoas. Daí a necessidade de se reunir diferentes e diversos grupos sociais, epistemologias e saberes outros nas expressões artísticas. A ausência de

pluralidade invisibiliza sujeitos, apaga suas histórias e legitima discursos como aqueles que provêm das performatividades dos corpos e dos contratos patriarcais. Mas, para além de uma escritura literária de resiliência e (re)existência a partir de narrativas outras, é preciso pensarmos também na recepção. Pelo que nos interessamos enquanto leitores e leitoras? Que tipo de livro indicamos para as pessoas à nossa volta? Quais livros nossos filhos e filhas, amigos e amigas consomem? O que norteia as escolhas dos textos literários a serem discutidos nas escolas e nas universidades? Como se dão as escolhas das listas de livros empregados nos vestibulares e em outros processos seletivos para o ingresso nas Universidades? A partir de quais parâmetros se constitui o cânone literário? Quais livros estampam as vitrines das livrarias? Ao trazermos essas indagações, nossa intenção é salientarmos que os questionamentos advindos de uma perspectiva de gênero permitem produzir novos sentidos em termos de reflexões para a construção de uma sociedade que rechace todo tipo de dominação, violência e matança sobre nossos corpos e nossas vidas.

Neste sentido, acreditamos que recuperar e fazer permanecer vivos corpos e histórias negligenciados ao longo dos tempos por meio da literatura, como lemos na frase vigorosa de *Mulheres empilhadas* “Txupira, presente!” (2019, p. 78), é uma forma de mostrar o poder de alcance da literatura. A expressão que se tornou um grito político de resistência pela morte de Marielle Franco⁶ é convocada como um elo com a realidade do país em relação às injustiças cometidas em relação às mulheres e à personagem indígena brutalmente violada e assassinada. Ainda por essa perspectiva, a potência da linguagem de Patrícia Melo pode ser dimensionada na proximidade estabelecida com as histórias de dor e sofrimentos vivenciadas por muitas leitoras:

Você, que trabalhou oito horas fora de casa, limpando, organizando, esfregando, dirigindo, operando, educando, fazendo o diabo. E que, em casa, cozinhou, lavou,

passou e pôs as crianças na cama. Eu vi tudo isso no tribunal. Antes do tapa, as ofensas verbais. Vagabunda. Preguiçosa. Puta. Com Helena foi assim. Com Marta, idem. Cala a boca, vadia. Biscate. Vaca. (MELO, 2019, p. 86).

A citação acima reforça que, enquanto os discursivos e as práticas dos dispositivos do poder/saber - responsáveis pela formação do sujeito - não forem (re)vistos e (re)construídos, textos literários como *Mulheres empilhadas* são fundamentais para traçarmos enfrentamentos e expormos a estrutura violenta que rege a sociedade. Os adjetivos que compõem as ofensas verbais descritas no trecho acima parecem ter passe livre na boca de homens e meninos. Desde muito cedo, a linguagem é utilizada enquanto representação ideológica de uma cultura que “treina” crianças para assumirem papéis sociais de acordo com sexo. A educação sexista tenta encobrir a máquina operante do patriarcado que usa a linguagem para humilhar, chantagear, desvalorizar, limitar, controlar e silenciar as mulheres, como se vê já nas primeiras páginas de *Mulheres empilhadas* cujas cenas descrevem a violência do namorado da advogada:

Lembro da sensação de ser empurrada para dentro do lavabo pelo meu namorado, que surgiu do corredor, transtornado, (...) “Com quem você estava?”, gritava ele. “Onde você se meteu”? A música fazia tudo vibrar, eu quase podia sentir seu ritmo pulsando sob meus pés, na ponta da minha língua, e enquanto ele apertava meus braços, me prensava contra o mármore frio da parede, eu não respondia, não conseguia reagir. (...)

- Vadia - me disse ele antes de deixar o banheiro (MELO, 2019, p. 11,12).

As diferentes cenas de violências construídas no romance ratificam as reflexões da historiadora Rebecca Solnit quando afirma que a violência “(...) é uma maneira de silenciar as pessoas, de lhes negar a voz e a credibilidade, de um indivíduo afirmar que tem o direito de controlar o direito de elas existirem” (2017, p. 36). Diante da fúria do namorado, a advogada narradora sentiu-se paralisada e só o que conseguiu fazer “(...) foi dar uma risada. E aquele (...) sorriso

⁶ Sobre o assassinato de Marielle Franco ver: <http://www.politize.com.br/quem-foi-marielle-franco/>.

tenso, meio atrofiado, fez com que seus olhos ganhassem um brilho selvagem, (...) Paf. Até então, nunca tinha levado um tapa na minha vida. No rosto. (MELO, 2019, p. 12). Do outro lado do país, em um enredo cruzado pela violência, a indígena Txupira é violentada e brutalmente morta por três rapazes da alta sociedade do Acre. Em ambas as cenas prevalece o “poder” de homens sobre os corpos femininos. Por intermédio da literatura, Patrícia Melo articula conexões entre mulheres e seus sistemas inter-relacionados de vivências. Apesar da pluralidade das experiências de cada mulher, constituídas por categorias como classe, sexualidade, raça/etnia/cor, localização, religiosidade, acreditamos que as violências têm significado semelhante para todas: “somos feitas da mesma matéria” e “[...] Morremos em escala industrial”, afinal, “(...) matar mulheres é um crime democrático, pode-se dizer (MELO, 2019, p. 23, 75, 20). Homens seguem violando e matando mulheres das formas mais perversas possíveis. Txupira, uma menina indígena de 14 anos, foi violada até mesmo com uma garrafa de vidro: “(...) o corpo de Txupira foi encontrado boiando, de costas, os braços amarrados. Seus mamilos foram extirpados. E dentro do seu útero encontraram cacos de vidro” (2019, p. 37). Essa cena brutal se inicia com o passeio que Abelardo, Antônio e Luís fariam até uma fazenda. No caminho, em meio à zona rural, avistaram Txupira andando pela mata. Ao vê-los, a menina saiu correndo e, repentinamente, os rapazes deram ré no carro para segui-la: “- Arre, djanga - disse um. / -Você viu? Isso é o que eu chamo de tarraxa da terra - afirmou o outro. / - Dá para fazer um piseiro bom - disse o terceiro (MELO, 2019, p. 36). A representação literária aqui aposta na animalização dos sujeitos. Os três rapazes de família rica tornam-se os caçadores e Txupira, a caça: “Caçar a moça. Enfiá-la no carro. À força. (...) acharam engraçado ver a Índia assustada, como um bicho” (MELO, 2019, p. 36). Contudo, os autores de crimes sexuais não podem ser tratados como indivíduos com desvios, doentes mentais ou com algum tipo de anomalia social. Tais expressões, como afirma Segato fazem parte de uma estrutura simbólica

profunda que organiza nossos atos e nossas fantasias, conferindo-lhes inteligibilidade (2005, p. 270)

Também como um bicho foi a maneira com que levaram Txupira para o celeiro onde ela “(...) foi pendurada num desses ganchos de açougueiro para ‘se acalmar’” (p. 37). A violência de gênero, assim como todas as demais formas de agressão, está baseada na relação de poder entre gêneros, classe e raça/etnias. A indígena Txupira concentrava todas as categorias. Mesmo diante das provas, os jovens ricos e brancos do Acre seguiram livres pelas ruas da cidade e puderam também eles matar a jornalista Rita, a pessoa mais empenhada em punir os agressores da jovem indígena.

Aos corpos de Txupira e de Rita se juntou o corpo da promotora de justiça Carla, abatido pelo namorado com quem ela havia acabado de romper o relacionamento. Empilhados, estes corpos se assemelham e deixam transparecer o resultado dos mecanismos de poder que permeiam as relações: força física, sentimento de posse, direito ao mando. Carole Pateman nomeia como “fraternidade” essas marcas masculinas que legitimam suas violências. Para ela, a tal fraternidade está ligada ao “direito sexual masculino”:

A interpretação patriarcal do “patriarcado” como direito paterno provocou, paradoxalmente, o ocultamento da origem da família na relação entre marido e esposa. O fato de que os homens e mulheres fazem parte de um contrato de casamento- um contrato original que institui o casamento e a família- e de que eles são maridos e esposas antes de serem pais e mães é esquecido. O direito conjugal está, assim, subsumido sob o direito paterno e as discussões sobre o patriarcado giram em torno do poder (familiar) das mães e dos pais, ocultando, portanto, a questão social mais ampla referente ao caráter das relações entre homens e mulheres e à abrangência do direito sexual masculino. (PATEMAN, 1993, p. 49)

“O direito sexual masculino” assegurou que, por tanto tempo, não houvesse, na sociedade ocidental, espaço para discutir o estupro dentro do casamento. Em um exemplo mais recente, apenas em 2005 foi revogada a lei que sugeria o casamento entre estupro e vítima, como forma de punição ao

agressor⁷. Um dos artigos revogados expressava: “pelo casamento da vítima com terceiro, nos crimes referidos no inciso anterior, se cometidos sem violência real ou grave ameaça e desde que a ofendida não requeira o prosseguimento do inquérito policial [...] (VIII do artigo 107 do Código Penal). Diante dos termos da lei, cabe perguntar o que seria a “violência real”? Além disto, o casamento é tomado aqui como uma alternativa ao agressor. Para a mulher, a sua sexualidade, ou o controle dela, sempre esteve atrelado a uma questão moral, assim, a “ofendida”, que já estava desmoralizada diante da sociedade, imaginava poder esconder a sua vergonha ao firmar o casamento:

Se apenas em 2005 a justiça brasileiro reviu estes itens do código penal para mulheres vítimas de estupro, o que se pode dizer do olhar para os casos de violência contra os grupos colocados à margem da sociedade, como é o caso dos homoafetivos e das prostitutas, por exemplo? Em *Mulheres Empilhadas*, a prostituta Scarlath é morta por motivo fútil, “uma negra de 26 anos, para quem Fares, um borracheiro, emprestou dez reais” (MELO, 2019, p. 90). O assassino, que “demorou dois dias inteiros para matar Scarlath”, contou com uma defesa construída com base na “imoralidade” de uma prostituta: “Fiquei com preguiça de ouvir a defensoria. Sei que ela estava apenas fazendo o trabalho dela, de ampla defesa, mas a gente se cansa de ouvir bobagem, como se, por ser prostituta, Scarlath merecesse o fim que teve” (MELO, 2019, p. 91).

A prática cultural e atual do patriarcado ainda está pautada na dualidade dominação e opressão. A nova “fraternidade” (Carole Pateman, 1993) ou o “poder político” Kate Millet (1971) entre os homens, se apoderam dos mesmos mecanismos para legitimar a eles a autoridade da posse e da definição de conduta moral a ser esperada de uma mulher. Ao final, tanto o homem que agride a sua esposa, no refúgio do lar, quanto aquele que vitimiza uma prostituta agem de acordo com um princípio simbólico de poder, aprendido e reaprendido na educação recebida dos

pais, da escola, da igreja, da sociedade, da política. Trata-se de instâncias que favorecem a manutenção de uma sociedade marcada por relações hierárquicas, atravessada ainda pelas ideologias patriarcais: “talvez nenhum outro sistema tenha exercido um controle tão completo sobre seus súditos” (MILLET, 1971, p. 45). Os corpos empilhados na tessitura narrativa de Patrícia Melo exigem um olhar mais crítico a estas relações hierárquicas que culminam no feminicídio, mas também alertam para a necessidade de enxergarmos as violências invisíveis, aquela empregada no âmbito da psique.

Nosso argumento é de que precisamos, cada vez mais, de projetos políticos, jurídicos, artísticos e críticos que desmontem os dispositivos e as tecnologias normalizadoras do corpo feminino que o reduzem à categoria de “segundo sexo” (BEAUVOIR, 1980), à objetificação e à dominação. Ao lermos e pesquisarmos as produções culturais de autoria feminina e que falam de mulheres, como propomos neste trabalho, apontamos para as potências de identificação e subjetividade que buscam alternativas outras em detrimento desse modelo patriarcal, sexista, racista, capitalista que destrói vidas.

Enquanto docentes de cursos de licenciatura, nos preocupamos sobremaneira com o modo como a escola, e por extensão, a sociedade, têm articulado questões simbólicas ligadas a modelos de feminilidades e masculinidades. O poder simbólico, como já nos advertiu Pierre Bourdieu, atua com força na construção de estruturas dominantes, isto porque, tais estruturas são “(...) produto de um trabalho incessante (e, como tal, histórico) de reprodução, para o qual contribuem agentes específicos (entre os quais os homens, com suas armas como a violência física e a violência simbólica) e instituições, famílias, Igreja, Escola, Estado” (1998, p. 63, 64, grifo do autor).

A cristalização da violência simbólica que retira as mulheres dos espaços públicos, por exemplo, necessita de um pacto entre dominador e dominado. Não se trata de culpabilizar as mulheres, mas de demonstrar o modo como o inconsciente coletivo opera na manutenção da dominação masculina.

⁷ Ver mais em <https://jus.com.br/artigos/56710/o-que-a-vigencia-do-artigo-1520-do-codigo-civil-diz-sobre-a-percepcao-do-estupro>. Acesso em 14 de outubro de 2021.

Muitas mulheres não conseguem sair do ciclo vicioso da violência porque pactuam as lições a elas ensinadas: ao homem é dado o poder enquanto à mulher lhe é ensinada a submissão. Essa dominação decorre de um padrão cultural, ou como quer Pateman, de um contrato social-sexual, que se aprende desde muito cedo e se transmite ao longo de gerações

Para Rita Segato (2005, p. 277), a violência é constituída e cristalizada em forma de sistema de comunicação, ou seja, ela transforma-se em uma linguagem estável e passa a se comportar com o quase-automatismo de qualquer idioma. É justamente esse quadro de automatismo de desigualdade de poder que gera ciclos opressivos para as mulheres nos espaços públicos e privados ainda nos dias de hoje. Embora a violência dentro de casa seja mais comum, as mulheres estão expostas a todo tipo de violência e assédio nas ruas, no trabalho, nas redes sociais e nos espaços públicos. Por isso mesmo, acreditamos que a literatura, assim como a arte em geral, é um produto de resiliência que põe em xeque a naturalização das relações de dominação e violência em relação aos corpos femininos.

4 Palavras finais

Em sua história da sexualidade, Foucault explora as práticas e os jogos de poder que definem as “verdades” a serem perpetuadas. Dentre estas verdades, estão os valores que apontam os papéis sociais de homens e de mulheres. O filósofo explica que o poder está na relação entre os sujeitos e, por extensão, entre seus corpos. Ao tomar os corpos e suas representações como categorias de análise histórica, Foucault demonstra que certas práticas políticas e de poder se concentram em torno do sexo, da sexualidade e do desejo porque a partir dessas categorias é possível manipular modos de sujeição e de opressão. Governar os corpos é governar a vida e, por extensão, governar cadáveres.

A tessitura de *Mulheres empilhadas* revela este jogo de poder que culmina nos corpos de mulheres abatidos por homens que foram, de alguma maneira, desafiados em sua autoridade. Taita Gomes

foi morta na frente do filho a que o pai adverte: “Isso é para você aprender a nunca mais me desobedecer” (MELO, 2019, p. 157). A reportagem sobre o assassinato de Taita não destaca esta fala⁸, mas a tessitura narrativa de Melo, ao mesclar ficção e realidade, remete às preposições foucaultianas. Cada corpo tombado é o resultado de uma relação desleal, da concretização de verdades construídas a partir da dominação de um em detrimento da opressão do outro.

No momento em que nos aproximamos do ponto final deste texto, muitos outros corpos de mulheres se juntaram aos corpos empilhados pela narrativa de Patrícia Melo. E, como feministas, é sempre importante lembrarmos que aos “corpos de mulheres” empilham-se também outras categorias: corpos trans, corpos pobres, negros, indígenas, com deficiência, imigrantes, refugiados, enfim, corpos abjetos, que aumentam a estatística sem provocar uma mudança sócio-política estrutural. É urgente desconstruir os discursos que legitimam a violência nossa de cada dia. É urgente desempilhar os corpos e revelar as narrativas que fizeram dele um corpo abjeto. *Mulheres empilhadas* é uma narrativa de resistência porque cumpre com esta função. A cada capítulo, o livro desempilha os corpos e revela histórias, mostrando que a estrutura social é marcada por ordens simbólicas de desigualdades que tornam os corpos femininos descartáveis, passíveis de serem empilhados em valas comuns. Por outro lado, o romance se apresenta como um grito audível contra a ordem estabelecida do patriarcado. O projeto intelectual de Patrícia Melo põe em evidência as lutas e enfrentamentos que ainda precisam ser travados contra os discursos e as práticas que retroalimentam a violência contra as mulheres.

8

Conferir

em:

<https://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2016/06/homem-e-suspeito-de-matar-mulher-na-frente-do-filho-de-9-anos-no-acre.html>

Referências

- BUTLER, Judith. *Corpos que importam: os limites discursivos do sexo*. Trad. Veronica Daminelli e Daniel Yago Françoli. São Paulo: n-1. edições & crocodilo edições, 2019.
- BEAUVOIR, Simone. *O segundo sexo: a experiência vivida*. Tradução? 4 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 1998.
- BRAH, Avtar; PHOENIX, Ann. "Não sou uma mulher? Revisitando a interseccionalidade". Tradução de Claudia Santos Mayer & Matias Corbett Garcez. In. BRANDÃO, Izabel; CAVALCANTI, Ildney; COSTA, Claudia de Lima; LIMA, Ana Cecília Acioli (Orgs.). *Traduções da cultura: Perspectivas Críticas Feministas (1970-2010)*. Florianópolis: EDUFAL; Editora da UFSC, 2017, p. 661-684.
- BRANT, Ana Clara. Patrícia Melo lança em BH Mulheres Empilhadas, sobre feminicídio. *Jornal Estado de Minas*, 06.11.2019. Disponível em https://www.em.com.br/app/noticia/cultura/2019/11/06/interna_cultura,1098640/patricia-melo-lanca-em-bh-mulheres-empilhadas-sobre-femicidio.shtml. Acesso em 10.08.2022.
- BRASIL. Decreto-Lei 2.848, de 07 de dezembro de 1940. Código Penal.
- BRASIL. *Lei Maria da Penha*. Lei nº 11.340, de 07 de agosto 2006. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm. Acesso em 05.08.2022.
- BRASIL. *Convenção Interamericana para Prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher*. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1996/d1973.htm
- BRASIL. *Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos*. Disponível em <https://www.gov.br/mdh/pt-br/acao-informacao/acoes-e-programas/secretaria-nacional-de-politicas-para-mulheres>
- BRASIL, Ubiratan. "Livro 'Mulheres Empilhadas' tem como tema o aumento dos casos de feminicídio no Brasil". Site Terra, 13/11/2019. Disponível em: <https://www.terra.com.br/diversao/livro-mulheres-empilhadas-tem-como-tema-o-aumento-dos-casos-de-femicidio-no-brasil,d9694db50bcd0462f2298c7250beb5fcbnqymwgz.html>> Acesso em: 05.06.2020.
- CERQUEIRA, Daniel *Atlas da Violência 2021* / Daniel Cerqueira et al., — São Paulo: FBSP, 2021. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/publicacoes>. Acess em 02.10.22
- DALCASTAGNÈ, Regina. "Representações restritas: a mulher no romance brasileiro contemporâneo". In: DALCASTAGNÈ, Regina; LEAL, Virginia (Orgs.). *Deslocamentos de gênero na narrativa brasileira contemporânea*. São Paulo: Editora Horizonte, 2010, p. 40-64.
- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Tradução Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 13ª edição, 1988.
- HIRANO, Caroline Yumi Matsushima. Quem foi Marielle Franco. Conheça a sua história. *Polítize*, 06.07.2020. Disponível em <https://www.politize.com.br/quem-foi-marielle-franco/>. Acesso em 13 de outubro de 2021.
- KLEIN, Paula. "Poéticas del archivo: el 'giro documental' en la narrativa rioplatense reciente", Cuadernos Lirico, nº 20, 2019. Disponível em: <https://journals.openedition.org/lirico/8605>> Acesso em: 05/05/2021.
- LAURETIS, Teresa de. "A tecnologia do gênero". Tradução de Susana Bornéo Funck. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (Org.). *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994
- MELO, Patrícia. *Mulheres empilhadas*. São Paulo: LeYa, 2019.
- MELO, Patrícia. *Escrevendo no escuro*. Rio de Janeiro: Rocco, 2011.
- MILLET, Kate. Uma política sexual. In: FRIEDAN, Betty et al (org.). *Mulheres contra homens?* Lisboa, Portugal: Publicações Dom Quixote, 1971. Cap. 10. p. 149-223.
- PATEMAN, Carole. *O Contrato Sexual*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- SEGATO, Rita. Território, soberania e crimes de segundo Estado: a escritura nos corpos das mulheres de Ciudad Juaréz. Tradução de Anand Dacier. *Revista de Estudos Feministas*, Florianópolis, v.13, nº 2, 2005, p. 265-285.
- SOLNIT, Rebecca. *Os homens explicam tudo para mim* Trad. de Isa Mara Lando. São Paulo: Editora Cultrix, 2017.
- SILVA, Tatiana Mareto. O que a vigência do artigo 1520 do Código Civil diz sobre a percepção do estupro? *JUS.com.br*, 20.09.2020. Disponível em <https://jus.com.br/artigos/56710/o-que-a-vigencia-do-artigo-1520-do-codigo-civil-diz-sobre-a-percepcao-do-estupro>. Acesso em 14 de outubro de 2021.
- WAISELFISZ, Julio Jacobo. *Mapa da violência 2015*. Atualização: homicídio de mulheres no Brasil. Brasil: FLASCO, 2015. Disponível em https://flasco.org.br/files/2015/11/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf. Acesso em 10. 08.2022.